



Diário **OFICIAL** Paraná

Comércio, Indústria e Serviços

Ano CXI

Edição Digital nº 11640 | 106 páginas
Curitiba, Terça-feira, 30 de Abril de 2024

Sumário

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil	03
Casa Militar	03
Procuradoria Geral do Estado	04
Secretarias de Estado	04
Receita Estadual do Paraná	54
Autarquias	55
Empresas Públicas	72
Serviço Social Autônomo	72
Sociedades de Economia Mista	73
Conselhos	74
Municipalidades	75
Entidades Municipais	86
Particulares	88
Em Tempo	97

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH - UPA SANTANA (UPA PORTE II) (CNPJ 23.453.830/0028-90)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 (Em reais)**

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS							
Notas		2023	2022	Notas		2023	2022	Notas		2023	De 19/09 a 31/12/22
ATIVO				PASSIVO E PATR. SOCIAL				Receitas Operacionais			
Circulante				Circulante				Serviços prest. pac. SUS 16.692.491 3.922.176			
Caixa e equivalentes de caixa	4	837.131	435.607	Fornecedores	8	1.376.989	1.135.806	(-) Glosas		(30.536)	-
Contas a receber	5	603.908	1.016.611	Obrig. trabalhistas	9	841.988	350.987	Receita Líquida	16.661.955	3.922.176	
Estoques	6	229.606	241.449	Obrig. sociais	10	170.551	80.131	Custos			
Outros créditos		28.269	703	Obrig. fiscais		55.570	23.488	Serviços de terceiros	(8.848.879)	(2.139.132)	
Despesas antecipadas		43.366	42.330	Outras contas		-	-	Pessoal e encargos	(4.863.246)	(1.046.250)	
Depósito judicial		2.531	-	a pagar	11	137.267	-	Materiais e medicam.	(2.156.546)	(462.154)	
Contratos de gestão	3m	18.117.250	-	Partes relac.	12	297.728	179.450	Superávit operacional	793.284	274.640	
Total do Ativo Circulante		19.862.061	1.736.700	Contr. de gestão	3m	18.117.250	-	Despesas			
Não Circulante				Total do Passivo Circulante		20.997.343	1.769.862	Pessoal e encargos	(1.215.811)	(261.563)	
Contratos de gestão	3m	12.078.167	-	Não Circulante				Serviços de terceiros	-	-	
Imobilizado – Próprio	7	11.400	4.201	Contr. de gestão	3m	12.078.167	-	Impostos, taxas e contr.	(18.267)	(3.204)	
Total do Ativo não Circulante		12.089.567	4.201	Total do Passivo não Circulante		12.078.167	-	Depreciação/amortização	(1.066)	(78)	
Total do Ativo		31.951.628	1.740.901	Patrimônio Social				Desp. gerais e admin.	13 (666.209)	(251.920)	
				Patrimônio social		(28.961)	217.025	Deficit Antes do Res. Finan.	(1.108.069)	(242.125)	
				Superávit (déficit) acumulado		(1.094.921)	(245.986)	Financeira Líquidas			
				Total do Pat. Social		(1.123.882)	(28.961)	Despesas financeiras	(27.634)	(3.861)	
				Total do Passivo e Patrimônio Social		31.951.628	1.740.901	Receitas financeiras	31.437	-	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acumulado	Total		2023	De 19/09 a 31/12/22	
Saldos em 19 de setembro de 2022	-	-	-	ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Incorporação ao Patrimônio Social	217.025	-	217.025	Deficit do Exercício	(1.094.921)	(245.986)	
Deficit do Exercício	-	(245.986)	(245.986)	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	217.025	(245.986)	(28.961)	Depreciação/Amortização	1.066	78	
Incorporação ao Patrimônio Social	(245.986)	245.986	-	Provisão para Contingências	-	-	
Deficit do Exercício	-	(1.094.921)	(1.094.921)	Deficit do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo	(1.093.855)	(245.908)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(28.961)	(1.094.921)	(1.123.882)	Contas a Receber	412.703	(1.016.611)	

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais A Unidade de Pronto Atendimento Santana, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficácia aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações, eletrocardiograma e serviços odontológicos. A UPA está situada a R. Dr. Paula Xavier, 750, Centro, cidade de Ponta Grossa / PR.

b. Contrato de Gestão A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 055/2022, vigente até 28/09/2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 /2021.

c. Deficit do exercício de 2023 Em 2023 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de deficit na ordem de R\$ 1.094.921 no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.135.282 em 31 de dezembro de 2023. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o

Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

b. Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 15 de abril de 2024.

c. Base de Mensuração As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b. Estoques São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para

Outras Desp. e Rec.	(1.104.266)	(245.986)
Outras Despesas e Receitas		
Outras receitas e despesas	9.345	-
Deficit do Exercício	(1.094.921)	(245.986)

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
	2023	De 19/09 a 31/12/22

Fluxo de Caixa gerado / (consumido) pelas Atividades Operacionais	291.511	43.411
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imob. e Intang.	(8.265)	(4.279)
Fluxo de Caixa consumido nas Atividades de Investimento	(8.265)	(4.279)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Incorporação ao Patrimônio Social		217.025
Partes Relacionadas	118.278	179.450
Fluxo de Caixa consumido nas Atividades de Financiamento	118.278	396.475
Movim. de caixa e equiv. de caixa	401.524	435.607
No início do exercício	435.607	-
No fim do exercício	837.131	435.607
Aum. em caixa e equiv. de caixa	401.524	435.607

amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

ii. Custos Subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Aparelhos Telefônicos	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Julgamentos e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração

Continua ...

Continuação ...

faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. **Provisões para Riscos Judiciais** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii.

Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g. Apuração do Superávit/Déficit O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão** Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não representar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

31/12/2022
reapres. 31/12/2022

ATIVO	2023	2022
Circulante		
Caixa e equiv. de caixa	435.607	435.607
Contas a receber	1.016.611	1.016.611
Estoques	241.449	241.449
Outros créditos	703	703
Despesas antecipadas	42.330	42.330
Contratos de gestão	13.842.974	-
Total do Ativo Circul.	15.579.674	1.736.700
Não Circulante		
Contratos de gestão	23.071.623	-
Imobilizado - Próprio	4.201	4.201
Total do Ativo não Circ.	23.075.824	4.201
Total do Ativo	38.655.498	1.740.901

7. IMOBILIZADO

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	688	3.591
Depreciação	(19)	(59)
Saldo contábil líquido	669	3.532
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	669	3.532
Aquisições	295	5.460
Depreciação	(146)	(807)
Saldo contábil líquido	818	8.185

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	688	3.591
Depreciação	(19)	(59)
Saldo contábil líquido	669	3.532
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	669	3.532
Aquisições	295	5.460
Depreciação	(146)	(807)
Saldo contábil líquido	818	8.185

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	688	3.591
Depreciação	(19)	(59)
Saldo contábil líquido	669	3.532
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	669	3.532
Aquisições	295	5.460
Depreciação	(146)	(807)
Saldo contábil líquido	818	8.185

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	688	3.591
Depreciação	(19)	(59)
Saldo contábil líquido	669	3.532
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	669	3.532
Aquisições	295	5.460
Depreciação	(146)	(807)
Saldo contábil líquido	818	8.185

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	688	3.591
Depreciação	(19)	(59)
Saldo contábil líquido	669	3.532
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	669	3.532
Aquisições	295	5.460
Depreciação	(146)	(807)
Saldo contábil líquido	818	8.185

12. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
SEDE ADMINISTRATIVA	297.728	179.450
Total Circulante	297.728	179.450

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(475.017)	(129.800)
Lanches e refeições	-	(52.044)
Viagens e hospedagem	(13.117)	(18.483)
Material de escritório	(2.656)	(17.344)
Fretes e carretos	-	(14.517)
Outros	(175.419)	(19.732)
Total	(666.209)	(251.920)

14. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patr. Terc. e RAT/SAT	1.195.103	224.118
INSS	1.195.103	224.118
COFINS	500.775	117.665
COFINS	500.775	117.665
Total	1.695.878	341.783

15. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplic. financ. de liquidez imed.	837.131	-
Contas a receber	603.908	1.016.611
Total ativos financeiros	1.441.039	1.016.611
Fornecedores	1.376.989	1.135.806
Total passivos financeiros	1.376.989	1.135.806

17. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. Ponta Grossa - PR, 15 de Abril de 2024.

Clemência Moreira de Souza
Diretora Executiva - CPF: 553.218.289-20
Ediane Pacheco Lemos
Contadora - CRC-SP-324161/O

Continua ...

Continuação ...

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II - Santana Ponta Grossa - PR. **Opinião com Ressalva** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte II - Santana, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte II - Santana, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** O sistema de controle e gestão de estoques utilizado pela UPA é vinculado e gerido pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR, consequentemente, não pudemos realizar outros procedimentos de auditoria sobre os consumos e utilização de materiais e medicamentos no decurso das atividades da Unidade, que fossem suficientes para concluirmos sobre a efetividade dos controles internos e sobre movimentações de estoque realizadas no sistema. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre: a. a adequação dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do exercício no montante de R\$ 2.156.546, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. a valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 229.606 em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. ii) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 1.094.921 apurado no período e considera a discussão de complemento/atualização dos valores contratuais

como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentava patrimônio líquido negativo na ordem de R\$ 1.123.882 e capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 1.135.282. (iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 17 de abril de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, inde-

pendentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 15 de abril de 2024.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES -
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

42775/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

ANGRA DOCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.850.650/0001-52 torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Prévia para atividade de Empreendimento Náutico - Garagem Náutica e Marina a ser implantada no Sítio Merlin, Bairro Limeira, no Município de Ribeirão Claro/PR.

42631/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

ANILTON ROBES BORGES, CNPJ 05.257.998/0001-28 torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença Prévia - LP, com validade de 25/04/2025, para atividade Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos Rua Cedrilho, sn, corredor E, Ponta Grossa, Paraná.

42896/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

ANILTON ROBES BORGES, CNPJ 05.257.998/0001-28 torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação para Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada Rua Cedrilho, sn, corredor E, Ponta Grossa, Paraná.

42782/2024

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

ASSOCIACAO DE LOJISTAS DO COMTOUR LONDRINA SHOPPING CENTER (CNPJ 10.372.087/0001-81), torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Londrina, a Licença Simplificada para Condomínios prediais, com validade até 12/04/2026, a ser implantada Avenida Tiradentes, nº 1241, Jardim Shangri-Lá A, CEP: 86.071-980, Londrina/PR.

42318/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

ASSOCIACAO DOS CATADORES VALE VERDE DE PIEN torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada para Atividades associativas não especificadas anteriormente, Coleta de resíduos não-perigosos, Recuperação de sucatas de alumínio, Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio, Recuperação de materiais plást a ser implantada na Av. Paraná, 1225, Trilogândia, Município Piên -PR.

29410/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

CALIFORNIA GESTAO E DEPOSITO DE RESIDUOS SOLIDOS LTDA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação para TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESIDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL a ser implantada ESTRADA CAIUBI, KM 10, ROLANDIA PR.

41866/2024